



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Produto 1

Atividade 1

Documento Técnico contendo estudo analítico,
teórico e metodológico sobre o impacto e a
organização do Programa Ciência sem Fronteiras
nas políticas públicas da Educação Superior

Ref. BOC 914BRZ1136 - MEC 2012 / 2013

Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque

Consultor

Abril de 2013

PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Produto 1 – Documento Técnico contendo estudo analítico, teórico e metodológico sobre o impacto e a organização do Programa Ciência sem Fronteiras nas políticas públicas da Educação Superior.

Atividade 1 – Análise do processo de execução do Programa Ciência sem Fronteiras.

Histórico:

O Programa Ciência sem Fronteiras nasce no ano de 2011 e é implementado a partir de 2012 como uma iniciativa do poder executivo por meio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), com a operacionalização de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos e professores de graduação e de pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior. Isto significa a depender do seu êxito e de sua manutenção, manter um fluxo de aproximadamente 25 000 bolsistas anuais participando no programa até 2016.

O Programa Ciência sem Fronteiras visa sete tipos distintos de público alvo com 75 000 bolsas governamentais e mais 26 000 bolsas empresariais.

Quadro 1. Modalidade e número de bolsas

Modalidade	Nº de Bolsas	%
Graduação sanduíche	27.100	36,10%
Doutorado sanduíche	24.600	32,80%
Pós-doutorado	11.560	15,50%
Doutorado pleno	9.790	13%
Jovem Cientista de grande talento (no Brasil)	860	1,20%
Treinamento de Especialista no Exterior (empresa)	700	0,90%
Pesquisador Visitante especial (no Brasil)	390	0,50%
Total	75.000	100,00%

Fonte: CAPES - Estatística e indicadores do Programa ciência sem Fronteiras

OBJETIVOS

- 1 Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- 2 - Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- 3 - Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- 4 - Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- 5 - Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Para fins de acompanhamento do programa é muito importante que estes objetivos sejam operacionalizados de modo a que se possa efetivamente ter a possibilidade de averiguar com dados o seu cumprimento. Verbos como estes utilizados - Investir, aumentar, Promover, ampliar e atrair devem sempre vir acompanhados de indicadores que possam ser quantificados.

Quadro 2. Cronograma global de implementação anual de novas bolsas

Ano	CNPq			Capes			TOTAL
	Novas bolsas por ano	Remanescentes do Ano anterior	Bolsistas ativos no ano	Novas bolsas por ano	Remanescentes do Ano anterior	Bolsistas ativos no ano	
2010	-	-	500	-	-	5.000	5.500
2011	3.890	-	3.890	3.400	3.237	6.637	10.527
2012	6.140	250	6.390	10.200	3.400	13.600	19.990
2013	10.230	670	10.900	12.200	2.600	14.800	25.700
2014	14.740	1.300	16.040	14.200	5.200	19.400	35.440
-	35.000	-	-	40.000	-	-	97.157

Fonte: CAPES - Estatística e indicadores do Programa ciência sem Fronteiras

O quadro a cima (quadro 2) representa as metas a serem alcançadas pelo programa nos próximos anos de maneira que possa ser acompanhada a efetivação dos seus objetivos. Deste modo será possível ajustar o modelo às condições encontradas em sua implementação.

Funcionamento:

Para atingir os resultados esperados, o Programa Ciência sem Fronteiras se organiza por meio de chamadas para a livre concorrência dos candidatos que devem demonstrar:

1. Adequação da proposta de estudo pretendido a uma das áreas prioritárias elencadas no programa;
2. Proficiência no idioma do país de eleição;
3. Aceitação por parte de um orientador na universidade escolhida;
4. Desempenho acadêmico acima da média.

As instituições de ensino superior brasileiras que aderirem ao programa devem indicar um representante que será o Coordenador Institucional do Programa Ciência sem Fronteiras e que exerce um papel fundamental na homologação, acompanhamento e avaliação dos candidatos e futuros bolsistas de **graduação sanduíche**.

Entre as atribuições do coordenador institucional estão:

- Divulgar o programa Ciência sem Fronteiras nas instituições que representam;

- Homologar os candidatos à bolsa graduação sanduíche no exterior vinculados a sua IES;
- Acompanhar o andamento do processo de concessão de bolsas de graduação e pós-graduação;
- Ser o interlocutor entre a IES que representa e as agências de fomento CAPES e CNPq;
- Avaliar e acompanhar os bolsistas no exterior.

Uma vez aprovado o estudante deve receber os seguintes benefícios:

- Mensalidade de bolsa;
- Auxílio-Instalação;
- Passagens aéreas;
- Seguro Saúde.

A duração da estadia vai depender do tipo de modalidade que o estudante está enquadrado, variando entre 12 meses para a maioria dos casos e 48 meses para o doutorado pleno.

A filosofia

A filosofia que preside este programa parte da consciência sobre a necessidade do Brasil preparar seus quadros com formação técnica adequada para suprir as suas demandas de crescimento e desenvolvimento. Para isto foram estabelecidas áreas de prioridade que não devem ser confundidas com áreas disciplinares. Sendo assim, os alunos de qualquer curso superior podem concorrer a uma das vagas desde que adéqüe o seu projeto de estudo a uma área específica. Por exemplo: um aluno de psicologia pode concorrer a uma vaga em Produção agrícola sustentável, desde que seu projeto contemple o estudo da transferência de tecnologia para os agricultores. Isto porque envolve o comportamento do agricultor e as técnicas de transferência de aprendizagem que são áreas de conhecimento próprio da psicologia.

Sem embargo, decisões judiciais já garantiram a ampliação do programa para o acolhimento de alunos de outras áreas além das inicialmente estabelecidas.

A maioria das bolsas é dirigida para a graduação (36,1%) e para o doutorado sanduíche (32,8%) seguidos pelo Pós-doutorado com um percentual de (15,5%) e pelo doutorado pleno com (13%) das bolsas. Ainda para o exterior deve-se acrescentar uma cota de 0,9% para o Treinamento de especialistas, perfazendo um total de 98,3% das bolsas a serem exercidas no exterior. Por outro lado, existem duas modalidades de bolsas para serem exercidas no Brasil. A de Jovem cientista de grande talento (1,2%) e a de Pesquisador visitante especial com 0,5% do total. Como se percebe a ênfase é a de levar os estudantes brasileiros da graduação e de doutorado para realizarem estudos nos países conveniados por meio de suas universidades. Estas universidades são escolhidas em acordo com os principais rankings internacionais, tais como o [Times High Education](#) e [QS World University Rankings](#).

O programa em execução

Em seu primeiro ano de funcionamento, 2012, o programa concedeu um total de 17.702 bolsas, sendo a maioria para a graduação 12.207 (69 %) e para o doutorado sanduíche 2.807 (16 %) seguidos pelo pós-doutorado 1.733 (9,8 %), pelo doutorado 618 (3,5 %) e por fim pela atração de pesquisadores para o Brasil 92 na modalidade Jovens cientistas grandes talentos e como Pesquisador visitante Especial 245 (1.4 %).

Quadro 3. Metas e resultados 2011-2012

Metas e resultados para 2011 / 2012			
Modalidade	Meta	Concedidas	% da Modalidade
Graduação-sanduíche no exterior	8.500	12.207	144%
Doutorado-sanduíche no exterior	7.700	2.807	36%
Doutorado integral no exterior	2.690	618	23%
Pós-doutorado no exterior	3.960	1.733	44%
Jovens cientistas de grande talento	420	92	22%
Pesq. Visitantes Especiais	160	245	153%
Total	23.430	17.702	76%

Fonte: Capes / CNPq Dados estatísticos do Programa Ciência sem Fronteiras

Considerando as metas estipuladas, se verifica que foram superadas as destinadas aos estudantes de graduação sendo concedidas 12.707 bolsas para uma expectativa de 8.500 um incremento da ordem de 144 % e para os Pesquisadores Visitantes Especiais com uma expectativa de 160 bolsas e uma

realização de 245 bolsas com um aumento de 153%. Todas as outras categorias ficaram aquém do esperado.

Convém salientar que estas metas dizem respeito unicamente ao quantitativo de bolsas. Outras metas deveriam ser estabelecidas consoantes com os objetivos do programa de modo a que possa ser realizado um acompanhamento sistemático, de modo a verificar seu impacto e possibilitar correções de rumo quando for o caso.

A seguir apresentaremos um quadro por modalidade quanto ao país de destino.

Quadro 4. Bolsas Concedidas pela CAPES e pelo CNPq, por modalidade e por país, no Programa Ciência sem Fronteiras.

País de destino	Total	País de destino	Total	País de destino	Total
Estados Unidos	4684	Suécia	72	Grécia	4
Portugal	2853	Suíça	58	Hungria	4
França	2575	Finlândia	48	México	4
Espanha	2356	Dinamarca	44	Cingapura	3
Canadá	2057	Áustria	39	Israel	3
Reino Unido	1804	Chile	33	Índia	2
Alemanha	1653	Japão	29	Turquia	2
Austrália	825	Irlanda	19	Argentina	1
Itália	633	Noruega	18	Costa Rica	1
Brasil	597	Nova Zelândia	17	Luxemburgo	1
Holanda	596	África do Sul	7	Polônia	1
Coréia do Sul	196	China	6	Rússia	1
Bélgica	161	Rep Tcheca	6		
Suécia	72	Hong Kong	5		

Fonte: CAPES - Estatística e indicadores do Programa ciência sem Fronteiras

Conforme pode ser visto no quadro abaixo (quadro 5), a maioria (93,4%) dos estudantes optou por apenas 10 entre os 39 países conveniados. Dentre estes se ressalta os Estados Unidos com 4.684 (21,9%); Portugal com 2853 (13,3%); França com 2.575 (12,0%); Espanha com 2.356 (11%) e Canadá com 2.057 (9,6%) do total destes estudantes. Desse conjunto de estudantes, a maioria (81%) optou por um idioma que não o português.

Quadro 5. Países de maior atração x idioma

País de destino	Idioma	Total	Percentual
Estados Unidos	Inglês	4684	21,9%
Portugal	Português	2853	13,3%
França	Francês	2575	12,0%
Espanha	Espanhol	2356	11,0%
Canadá	Inglês / Frances	2057	9,6%
Reino Unido	Inglês	1804	8,4%
Alemanha	Alemão	1653	7,7%
Austrália	Inglês	825	3,8%
Itália	Italiano	633	2,9%
Holanda	Holandês / Inglês	596	2,8%
Total		20 036	93,4%

Fonte: CAPES - Estatística e indicadores do Programa ciência sem Fronteiras

Conforme o quadro acima (quadro 5) pode se perceber que além do português não ser o idioma majoritário, em primeiro lugar aparece o idioma inglês com 21,9% do total de estudantes, seguido pelo Francês (12%), pelo Espanhol (11%) pelo Alemão (7.7%); pelo Italiano (2.9%) e Holandês (2.8%).

Dados comparativos de estudantes internacionais nos Estados Unidos

A seguir apresentaremos os dados fornecidos pelo Open Doors (2012) - Portas Abertas ® 2012. Relatório sobre Intercâmbio Internacional de Educação Produzido pelo Instituto de Educação Internacional em parceria com o Bureau de Assuntos Educacionais e Culturais do Departamento de Estado dos EUA Clube Nacional de Imprensa Washington, DC 13 de novembro de 2012.

Neste relatório é informado que o número total de matrículas internacionais nos EUA aumentaram 6% em 2011/12 totalizando um recorde de 764.495 estudantes internacionais. Entretanto, os estudantes internacionais ainda representam menos de 4% do total dos estudantes matriculados no ensino superior dos EUA. Do ponto de vista de aporte econômico, de acordo com o Departamento de Comércio dos EUA os estudantes internacionais

contribuíram com mais de 22,7 bilhões dólares para a economia do país em 2011. Quanto a fonte de financiamento, 64% dos estudantes internacionais (82% dos alunos de graduação) se apoiam principalmente em fundos pessoais e da família para pagar seus estudos.

Quanto a origem dos estudantes, a China ocupou, como em anos anteriores, o primeiro lugar em 2011/12 com um total de 194.029 estudantes, seguida pela Índia com 100.270 e pela Coreia do Sul com 72.295 estudantes matriculados nos EUA. Os alunos dos 5 principais lugares de origem (China, Índia, Coreia do Sul, Arábia Saudita e Canadá) constituem 56% de todos os estudantes internacionais.

O quadro a seguir (quadro 6) apresenta os 25 países com maior número de estudantes nos Estados Unidos nos anos de 2010 / 11. É de se esperar que o Brasil que se encontra no 14º lugar aumente sua posição nos próximos relatórios por conta do Programa Ciência sem Fronteiras.

**Quadro 6: Países com maior número de estudantes nos EUA
2010/11**

País de origem	2010/11
China	157.558
Índia	103.895
Coréia do Sul	73.351
Canadá	27.546
Taiwan	24.818
Arábia Saudita	22.704
Japão	21.290
Vietnam	14.888
México	13.713
Turquia	12.184
Nepal	10.301
Alemanha	9.458
Reino Unido	8.947
Brasil	8.777
Tailândia	8.236
Hong Kong	8.136
França	8.098
Nigéria	7.148
Indonésia	6.942
Malásia	6.735
Colômbia	6.456
Irã	5.626
Venezuela	5.491
Paquistão	5.045
Rússia	4.692

Fonte:Open Door (2011)

Por sua vez, os estudantes americanos estão cada vez mais indo para destinos não-tradicionais, posto que, 14 dos 25 principais destinos são para fora da Europa e apenas 5 dos 25 principais são países anglófonos. Houve incremento de estudantes entre os 25 países que são considerados melhores anfitriões: Costa Rica (16%), Coréia do Sul (16%), Brasil (13%), Índia (12%), Dinamarca (11%) e grandes declínios para México (42%) e Japão (33%). Provavelmente esta situação tem estreita relação com a percepção sobre a situação econômica dos países em questão, posto que estão buscando países com situação econômica favorável ao seu desenvolvimento profissional.

Quadro 7: Destino e origem da mobilidade estudantil mundial

País hospedeiro	2011	País de origem
USA	764,495	China, Índia, Coréia do Sul
Reino Unido	480,755	China, Índia, USA
China	292,611	Coréia do Sul, USA, Japão
France	288,544	Marrocos, China, Algéria
Alemanha	252,032	Turquia, China, Rússia
Austrália	242,351	China, Malásia, Índia
Canadá	193,647	China, Coréia do Sul, Índia
Japão	138,075	China, Coréia do Sul, Taiwan

Fonte: Open Door (2012)

Ponderações:

Como visto pelos dados apresentados acima, o Brasil não tem participado de forma correspondente nem ao seu tamanho populacional, nem a sua importância econômica, nem política frente aos outros países no que se refere a mobilidade estudantil internacional. Em boa hora houve este despertar governamental para o problema porque ele implica em última análise o custo do desenvolvimento do futuro do país.

O Programa Ciência sem Fronteiras causou um impacto significativo em várias direções. No incremento das bolsas para cursos no exterior, na ampliação dos convênios e acordos institucionais das diversas agências de pesquisa e das universidades, no aumento da visibilidade internacional do Brasil, no interesse das universidades de outros países, notadamente da Europa e Estados Unidos em abrirem escritórios em nosso país. Além disto, o Brasil inicia uma forte jornada na área das relações internacionais, àquela em que a cultura é mais importante que a força se fazendo presente nos países que são seus interlocutores comerciais.

A seguir teceremos considerações sobre alguns tópicos que mereceram destaque na imprensa ou então que entendemos como merecedores de cuidados.

Escolha das universidades de destino

As universidades de destino dos estudantes foram escolhidas em acordo com os principais rankings internacionais, tais como o [Times High Education](#) e [QS World University Rankings](#). Esta parece ser a possibilidade de ter algum padrão de escolha para um programa que se inicia. Os critérios que classificam estas universidades variam dependendo da ênfase que o avaliador favorece em determinado momento. De todo modo, em geral se considera o número de docentes, publicações de artigos, prêmios angariados, patentes, ou seja, indicadores duros que possibilitem comparações interinstitucionais.

Um comentário a ser visto é o de que se o Programa Ciência sem Fronteiras se propõe a enviar os estudantes brasileiros a universidades de excelência, este critério de **excelência** não está claramente explicitado. É um adjetivo mais do que uma referência. Isto porque ao analisar as universidades nestas listas classificatórias vamos encontrar uma grande variedade entre elas. No caso do Programa Ciência sem Fronteiras, foram enviados alunos para universidades que ocupam classificações além do duo-centésimo posto. Ou serão consideradas de excelência universidades classificadas no 468 lugar?

Adicionalmente, em todas as universidades existem cursos que podem ser melhores considerados do que outros. Uma universidade classificada no centésimo lugar pode ter cursos que estão em nível de paridade com outros de universidades classificadas muito acima ou abaixo dela. Na verdade, se fosse possível uma melhor escolha do lugar para onde enviar nossos alunos, este deveria ter em contas muito mais o curso ou programa em si do que a universidade como tal.

Neste sentido, cabe aqui um comentário sobre a mobilidade interna dos estudantes no país. O Brasil possui boas universidades e bons cursos. A CAPES tem um sistema de acompanhamento dos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado que é considerado um dos melhores do mundo. Por tanto, seria razoável que parte dessas bolsas fossem destinadas para os estudantes poderem freqüentar àqueles cursos. Ou seja, um estudante de uma universidade poderia se candidatar para ir estudar em um curso de graduação que estivesse ligado a um curso de doutorado bem avaliado pela

CAPES. Esta mobilidade interna nesses moldes apresenta entre outras vantagens, a possibilidade do estudante poder ter acesso a futuros orientadores para seguir os seus estudos em nível de mestrado ou doutorado.

O processo seletivo

Da forma como está concebido o programa, o processo seletivo ocorre de forma centralizada a partir da demonstração do cumprimento de determinados pré-requisitos quer sejam de ordem curricular quer sejam de proficiência no idioma da universidade de destino. São muitos candidatos e a cada ano seguramente eles vão crescer exponencialmente. Isto implica na dificuldade em propiciar um contato mais estreito entre os candidatos e os selecionadores, ficando o processo meramente formal.

O Brasil conta com um elevado número de pesquisadores reconhecidos pelo CNPq, de sorte que recebem inclusive uma bolsa como tal. Eles formam o time de frente dos pesquisadores do Brasil, estão ligados aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado, orientam alunos de graduação e da pós e, geralmente, possuem contatos com outros pesquisadores no exterior. Seguramente são eles o elo mais forte da cadeia que produz conhecimento no Brasil. Desta forma, uma espécie de cota para os pesquisadores poderem selecionar e enviar alunos dos seus grupos de pesquisa apresentam várias vantagens, entre elas as seguintes:

- a) Prestígio e reconhecimento aos pesquisadores brasileiros;
- b) Fortalecimento do vínculo de pesquisa com o colega no exterior;
- c) Maior conhecimento sobre o aluno;
- d) Possibilidade de enviar um grupo de alunos ligados a um projeto de pesquisa para trabalharem de forma integrada no exterior;
- e) Melhor acompanhamento sobre o desempenho dos alunos;
- f) Maior segurança psicológica para os alunos;
- g) Garantia de continuidade dos estudos no Brasil porque os alunos já estão incorporados ao seu grupo de pesquisa.

Áreas de atuação

A sua implementação se deu de forma massiva e como era de se esperar houve algumas reações da sociedade pondo em xeque algumas questões. Um foram prontamente respondidas pelo agente governamental como a abertura de vagas para os cursos de outras áreas que não as inicialmente propostas. A este respeito, é possível que tenha havido muito mais ausência de esclarecimento sobre o programa do que realmente limitação a áreas. Ocorre que nas universidades se está habituado a pensar de forma disciplinar, ou seja, cursos que funcionam como uma disciplina: medicina, engenharia, administração, psicologia, etc. e não como áreas de saber: saúde, tecnologia, gestão, saúde mental etc.. Ao se pensar com o modelo das áreas, o que é julgado é a adequação do projeto à área e não se o candidato é de tal ou qual curso. Um melhor esclarecimento destes fatos poderá evitar no futuro novas interpelações nesta direção.

Proficiência em idiomas

Questionado sobre a dificuldade dos estudantes brasileiros em alcançarem as notas fixadas para a proficiência idiomática, notadamente no inglês, o agente governamental achou por bem baixar o nível de exigência e custear cursos de idioma extra-curriculares no país de destino. Esta decisão pode ter conseqüências negativas para o programa caso se mantenha desta forma. Primeiro porque a maioria dos estudantes recebeu bolsa para países de língua inglesa (43,7%) se considerarmos apenas os 10 primeiros países de escolha, em segundo lugar porque esta barreira gera um movimento, como tem gerado, de busca por parte dos estudantes para aperfeiçoar-se nos idiomas dos países a que se destinam promovendo um efeito irradiador extremamente positivo para o desenvolvimento do país. É possível que com o estabelecimento de novos índices escalonados para a proficiência idiomática se obtenha um estado satisfatório para o aproveitamento dos estudantes nos cursos no exterior. Outra possibilidade que foi tomada pelo agente governamental foi a criação de cursos de idiomas on-line para os estudantes universitários. Sem dúvida este movimento é um passo para a melhoria da internacionalização dos nossos alunos e de nossas universidades.

Número de estudantes x universidades

Um detalhe que parece mais importante do que este da proficiência não foi mencionado nos diversos comentários publicados na imprensa brasileira ou no informes divulgados pelo MCTI , MEC e seus agentes.. Trata-se da crítica a grande demanda por estudar em Portugal frente a facilidade do idioma o que como já vimos não é totalmente verdadeiro, posto que, a maioria dos estudantes (86.7%) se dirigiu a países que não possuem o português como idioma principal. Sem embargo, o fato de Portugal receber 2.853 estudantes em um ano, frente ao seu tamanho territorial e populacional, assim como, ao número de universidades existentes, fez com que houvesse um super povoamento de estudantes brasileiros naquelas universidades. De fato, apenas Portugal e Espanha contam com mais de 100 alunos em uma universidade. Na Espanha estes alunos estão na Universidade de Barcelona (139) e na Politécnica de Valência (105) enquanto que em Portugal vamos encontrar farta presença de alunos em diversas universidades e em números bem mais elevados conforme o quadro a seguir.

Quadro 8. Universidades portuguesas com mais de 100 alunos:

UNIVERSIDADE	ALUNOS	% PARCIAL	% TOTAL
COIMBRA	775	36.7%	27.2%
PORTO	484	22.9%	17.0%
TECNICA DE LISBOA	330	15.6%	11.6%
AVEIRO	193	9.1%	6.8%
MINHO	185	8.8%	6.5%
LISBOA	145	6.9%	5.1%
TOTAL PARCIAL	2112	100%	74.0%
OUTRAS	741	-	26%
TOTAL GERAL	2853	-	100%

Fonte: CAPES - Estatística e indicadores do Programa ciência sem Fronteiras

Estas seis universidades receberam 2.112 (74%) do total de 2.853 alunos brasileiros em Portugal o que provavelmente merece uma análise mais acurada por parte dos órgãos governamentais, posto que, provavelmente impacta negativamente na missão do programa. Os professores se sobrecarregam; os estudantes brasileiros passam muitas vezes a serem

maioria nas classes de aula, quando não se preparam classes separadas para eles; há a tendência para a constituição de “guetos” de estudantes brasileiros se relacionando entre si e não aproveitando da riqueza cultural oriunda da interação com os nativos, além da possibilidade de reações xenófobas. Adicionalmente, não existe nenhum professor ou tutor responsável por coordenar estes estudantes, centralizando informações ou procedendo a orientação frente as diversas ocorrências que nestes casos acontecem.

Modalidade de bolsa

As bolsas são direcionadas principalmente aos alunos de graduação e doutorado. Chama à atenção a ausência de bolsas para estudantes de mestrado. Se o objetivo é capacitar os estudantes academicamente, o que justificaria a não inclusão dos mestrandos? Eles estão mais preparados em pesquisar do que os da graduação, já concluíram um curso superior e desenvolvem pesquisas junto aos seus orientadores, muitas vezes em contato com universidades estrangeiras. A alegação de que o tempo é curto, a nosso ver não procede. Na maioria dos casos os alunos poderiam participar do programa após a conclusão do primeiro semestre, em que já teriam um projeto de pesquisa elaborado e poderiam complementar as disciplinas no outro país e, até mesmo realizar estudos comparativos, se for o caso. Além disto, a maioria dos alunos de mestrado é oriunda do PIBIC e, portanto, já trazem uma bagagem de pesquisa considerável. Muitos dão continuidade no mestrado aos trabalhos que antes desenvolviam com seus orientadores durante a graduação. O ganho seria muito maior, inclusive frente à possibilidade de concorrerem a bolsas para doutorado pleno no exterior.

Outrossim, em todos os países há sempre forte incentivo para a mobilidade interna. No Brasil esta troca de experiências entre os estudantes nas universidades é muito pouco desenvolvida. Apenas nos casos de doutorado quando existem programas que firmam convênios do tipo PROCAD é que esta troca de estudantes se dá. Nesses casos dependem muito do orientador porque ocorre em um ambiente de núcleos de pesquisa e funciona como uma espécie de doutorado sanduíche interno. Já que o PCsF contempla bolsas para graduados no exterior, por que não incentivar também esta troca

de experiências aqui no país? Muitos estudantes poderão aproveitar para obter novas experiências em bons cursos o que possibilita uma quebra na endogenia acadêmica a que estamos submetidos. Atualmente a regra é que um aluno “inicie seu doutorado” quando entra em um grupo de pesquisa ainda durante a graduação com uma bolsa de PIBIC. Esta prática tem muitas vantagens, porém traz o inconveniente da endogenia pois o estudante vai passar toda a sua vida acadêmica em uma mesma universidade com um mesmo orientador, perdendo a chance de conhecer outra realidade e outros enfoques teóricos. O PCsF pode ser uma janela de oportunidades para os estudantes em todos os níveis.

Acolhimento

O processo de implementação das bolsas se dá após o aluno de graduação ter sido aceito na universidade de destino. Ao que consta ele é enviado para a universidade sem nenhuma referência adicional além das institucionais. Este é um dado que merece uma observação porque na maioria dos casos estes alunos nunca viajaram para fora do país, ou até mesmo de sua cidade natal. De repente são colocados para estudar em outro país, outra cultura, outros hábitos sem nenhum contato que lhes sirva de apoio. Seria interessante que houvesse uma preocupação neste sentido, posto que, do muito investido algo pode ser retirado ou acrescentado para propiciar as condições de um melhor aproveitamento do programa.

A elaboração de uma cartilha de orientação sobre a cultura e os costumes, assim como de telefones importantes para contatos seria muito útil para quem chega a um ambiente totalmente desconhecido. Na página do CNPq. Existe uma cartilha modelo para Portugal, Espanha, Alemanha, França Austrália, Canadá (CALDO/CBIE), Coreia do Sul, Holanda e Reino Unido. Tratam de informações úteis como vistos, hospedagens etc. Pelo menos isto deveria estar disponível para os outros países, mas, além disto, seria interessante ter orientações sobre a cultura local. Muitas gafes e equívocos poderiam ser evitados. Outra possibilidade seria privilegiar universidades que já receberam estudantes brasileiros para doutorado e estes poderiam servir de ponte para o acolhimento dos novos colegas. A depender do número de estudantes que se destinam a uma universidade, poderia haver um tutor local,

remunerado, que se encarregasse de acolher um grupo de, por exemplo, 50 estudantes. Esta pessoa poderia ser uma espécie de anfitrião que lhes orientasse em situações básicas ou mesmo servisse para ser o contato em casos de emergência. De todo modo, colocar esta quantidade de estudantes de uma hora para outra em um país estranho merece um acompanhamento mais cuidadoso por parte dos agentes governamentais.

Neste mesmo sentido, seria de bom alvitre que fossem incentivadas as bolsas para aqueles estudantes que fazem parte de um mesmo grupo de pesquisa. Por exemplo, um aluno de doutorado acompanhado de vários outros alunos de graduação dirigidos a uma mesma universidade. Os pesquisadores do CNPq podem ser interlocutores privilegiados como orientadores de alunos que vão desde a graduação (PIBIC) passando pelos de mestrado e de doutorado. Além disto eles em geral possuem convênios com outros programas no exterior que podem servir de amparo para o fomento do intercâmbio entre os alunos. Adicionalmente este liame abre a possibilidade para o recebimento de estudantes e pesquisadores estrangeiros aqui no Brasil, nos programas de Pós-Graduação.

O retorno

O processo de reconhecimento no Brasil, de documentos originados em outros países está sujeito as normas e acordos internacionais. O acordo mais importante neste sentido e o mais abrangente é a convenção de Haia de 5 de Outubro de 1961. Por ele, todos os países signatários concordam com um processo sumário de reconhecimento de documentos públicos o que facilita muito os casos de reconhecimento de certificados, títulos e diplomas. Entretanto o Brasil não é signatário desse acordo. Assim, toda a documentação relativa a aproveitamento de estudos, reconhecimentos de títulos e certificados deve passar pela rotina comum de reconhecimentos sucessivos de assinaturas para ser válido aqui no Brasil. Como exemplo, um diploma requer o reconhecimento de 4 assinaturas, sendo três no exterior, no país de origem e uma no Brasil:

1. Do funcionário responsável na Universidade (Reitor)
2. Do funcionário no Ministério da Educação do país de origem reconhecendo a assinatura anterior (Reitor)
3. Do consulado Brasileiro no país de origem reconhecendo a assinatura do funcionário do Ministério da Educação
4. Do Itamaraty, em Brasília, reconhecendo a assinatura do funcionário brasileiro no exterior.

Além disto, dependendo do idioma em que foi expedido o documento, pode ser exigida a sua tradução realizada por um tradutor oficial. Desta forma, é importante um cuidado especial com a documentação a ser exigida pelos estudantes ao retornarem as suas universidades. A seguir o *stricto sensu* da lei, dificilmente algum crédito será aproveitado. Na prática os coordenadores e colegiados dos cursos irão tentar solucionar o problema. Entretanto, seria de bom pensar que o CNE ou o MEC pudessem lhes orientar a como proceder nestes casos. Isto facilitaria muito esse retorno e homogeneizaria os procedimentos.

Outro aspecto a ser analisado são as atribuições dos coordenadores institucionais. Algumas universidades têm escolhido pessoas ligadas a sua assessoria internacional, outras elegem docentes com perfil variado. Entre as suas atribuições está a de acompanhar os bolsistas no exterior. É de se perguntar quais as condições efetivas que a eles são destinadas para cumprir tal missão. Na melhor das hipóteses, os mais interessados usarão a internet para acompanhar estes alunos, mas cada um o fará a sua maneira. Seria talvez o caso de serem desenvolvidos instrumentos de acompanhamento destes alunos, que poderiam isto sim, serem a eles repassados e depois reunidos de forma centralizada para uma avaliação global.

A continuidade do programa

Conforme estabelecido, o Programa Ciência sem Fronteiras foi datado até o ano de 2016. Como atravessa um novo mandato governamental, é de se supor que sua continuidade é desejada. Entretanto como não está explicitada, seria de bom alvitre que em algum momento houvesse esta explicitação sob o

risco de quebra de sua continuidade ao invés do aproveitamento de sua experiência para melhorar seu desempenho.

Neste sentido, uma prática de acompanhamento avaliativo do programa deveria ser implementada de modo a possibilitar um efetivo sistema de informações que possa servir como base para o seu melhor desenvolvimento.

Recomendações

1. Orientar os candidatos sobre a diferença entre curso (disciplinar) e área do projeto (multi ou interdisciplinar);
2. Escalonar ano a ano o nível de exigência na proficiência do idioma;
3. Equilibrar a oferta de bolsas com as indicações: superavit em graduação e deficit na pós;
4. I Incluir cota para os mestrandos;
5. Descentralizar a seleção para que ocorra (pelo menos em parte) nas universidades com curso de doutorado;
6. Valorizar os pesquisadores do CNPq. no processo de escolha dos bolsistas;
7. Incluir bolsas para mobilidade interna;
8. Elaborar cartilha de apoio para todos os países;
9. Nomear pelo menos um representante para contato no país ou na universidade de destino;
10. Determinar um limite do número de estudantes por universidade;
11. Estabelecer normas orientativas para os Coordenadores Institucionais de como proceder ao aproveitamento dos estudos;
12. Incentivar a inserção dos que retornam nos grupos de pesquisa;
13. Valorizar o envio de estudantes de vários níveis, de um mesmo grupo de pesquisa institucional, para a mesma universidade;

14. Determinar a escolha de um coordenador institucional para cada instituição e para cada campi, exigindo que o coordenador esteja vinculado a unidade administrativa.

15. Pautar a continuidade do programa com base em acompanhamento sistemático do impacto dos estudantes que retornam em três níveis:

- a) Institucional
- b) Na produção do conhecimento
- c) Pessoal

Produto 1

Atividade 2

Documento Técnico contendo estudo analítico, teórico e metodológico sobre o impacto e a organização do Programa Ciência sem Fronteiras nas políticas públicas da Educação Superior

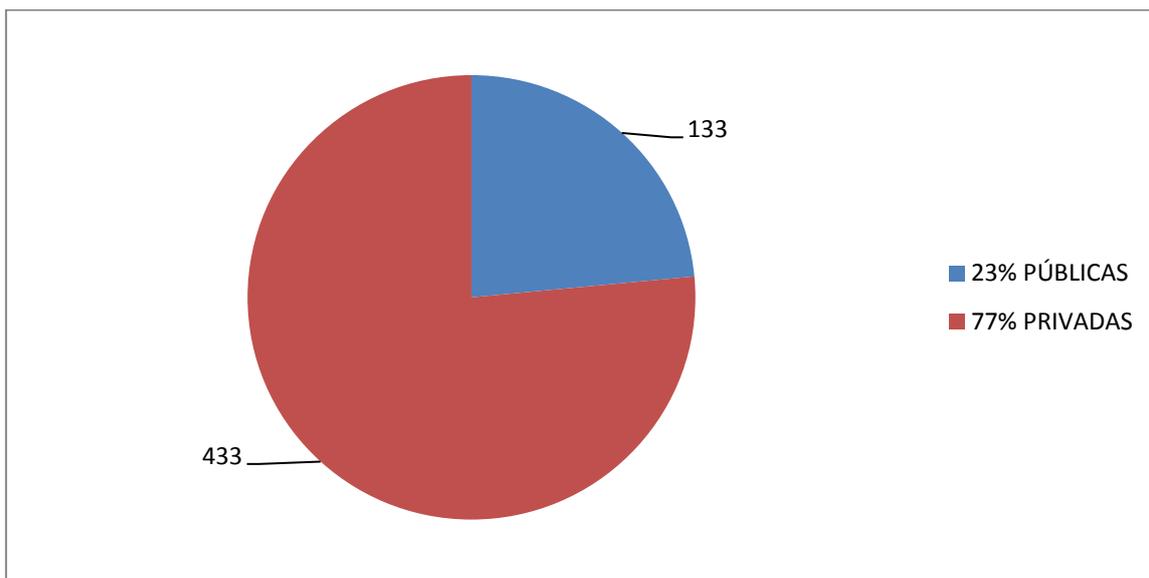
Atividade 2 – Análise dos parâmetros utilizados para delimitação do perfil das Instituições de Ensino Superior que aderem ao Programa Ciência sem Fronteiras

Instituições de Ensino superior

Os órgãos responsáveis pela execução do programa disponibilizam em sua página web dados sobre as instituições participantes. Estes dados são disponibilizados de forma agrupada impossibilitando maior detalhamento sobre as instituições de *per si*. Em nenhum momento estão explicitados os parâmetros utilizados para selecionar as instituições participantes do programa. Depreende-se que houve uma chamada pública e todas as instituições que se apresentaram foram aceitas. De todo modo, foi possível estabelecer algumas análises sobre o processo a partir deles conforme se pode ver a seguir.

Ao todo foram cadastradas 566 instituições de ensino superior para o programa. Destas, 133 são públicas correspondendo a 23% do total, e, conseqüentemente 433 (77%) são privadas.

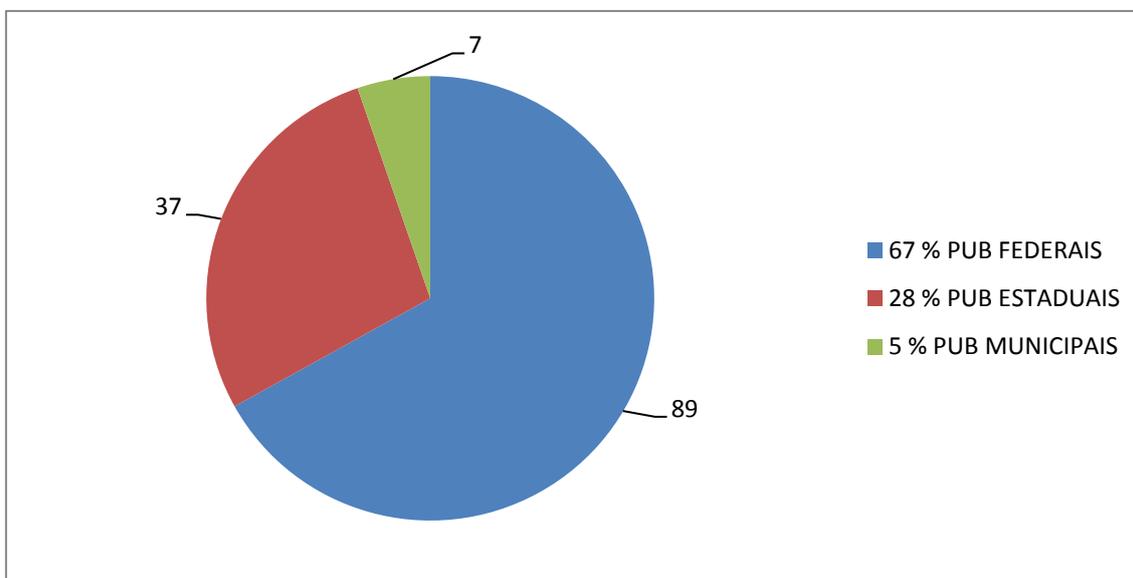
Quadro 1: Distribuição das Instituições de Ensino Superior



Fonte: CAPES - Estatística e indicadores do Programa ciência sem Fronteiras

Considerando as instituições públicas, verifica-se que elas se distribuem conforme o quadro abaixo (quadro 2).

Quadro 2: Distribuição das Instituições de Ensino Superior



Fonte: CAPES - Estatística e indicadores do Programa ciência sem Fronteiras

Conforme a distribuição, as Instituições de Ensino Superior participantes do programa se distribuem na sua maioria do âmbito federal (67%) seguidas pelas estaduais (28%) e por fim com apenas 7 (5%) municipais. Estes números refletem as obrigações constitucionais que deixaram para a federação a responsabilidade do ensino superior.

Coordenadores institucionais

Cada instituição de ensino superior ligada ao Programa ciência sem Fronteiras deve ter um coordenador institucional. Analisando os dados disponíveis, verifica-se que em alguns casos a existência de um mesmo coordenador para várias instituições. Supõe-se que devam ser instituições pertencentes ao mesmo grupo controlador, mas deveria ser olhado com cuidado porque muitas vezes estas instituições distam centenas de quilômetros umas das outras, situando-se em estados distintos da federação o que demonstra a impossibilidade de uma assistência mais presente junto ao programa e aos alunos por este coordenador. De maneira similar ocorre nas universidades públicas em que muitas delas possuem vários campi sendo designado um único coordenador para toda a instituição. Certamente os alunos

dos campi mais distantes da sede sofrerão com as dificuldades que este distanciamento provoca.

Portanto, seria de bom alvitre que fosse observado um maior cuidado sobre esta relação entre os coordenadores, alunos e instituição.